

510ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

No dia 25 de julho de 2024, às 9h, teve início a reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC, de forma virtual, considerando ser a 510ª. Presentes à reunião ordinária, conforme lista de presença, os (as) seguintes Conselheiros (as) Titulares: **Ana Paula Nebl Jardim; Augusto Ferrer de Castro Melo; Cássio Raniere Ribeiro da Silva; Cecília Canuto de Santana; Claudia Regina de Farias Rodrigues; George Félix Cabral de Souza; Joana D'Arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade; Mônica Siqueira da Silva; Reinaldo José Carneiro Leão e Roberto José Marques Pereira.** Conselheiros (as) Suplentes: **Antiógenes Viana de Sena Júnior; Claudia Pereira Pinto; Edmilson Cordeiro dos Santos e Jocimar Gonçalves da Silva.** **Pauta: Socialização** - Debate entre conselheiros após análise dos documentos e vídeos das candidaturas ao **Registro do Patrimônio Vivo 2024**; **Observação**: Nessa reunião ficou deliberado que os conselheiros Mônica Siqueira e Roberto Pereira serão os Relatores do processo sobre a “**Procissão do Carreço da Lenha**”. Cássio Raniere deu início à reunião explicando que, na próxima sessão, o Conselho iria diretamente para o voto, ressaltando que aquele momento era o oportuno para a discussão e análise das candidaturas. Ele mencionou que, após reuniões com a comissão especial de análise, seria o momento ideal para o Conselho inferir sobre as candidaturas que chamaram a atenção, especialmente no que se referia às linguagens apresentadas e aos critérios de regionalização. Cássio destacou a importância de uma boa discussão sobre as candidaturas postas. Antes de iniciar a socialização, ele pediu a contribuição de todos para que a discussão fosse excelente. Em seguida, Cássio tratou de uma pauta que exigia certa celeridade. Ele informou que o Conselho havia recebido um ofício sobre o processo SEI, proveniente da Secretaria de Cultura do Estado, com o parecer técnico final sobre a instrução do processo de registro da Procissão do Carreço da Lenha na comunidade quilombola de Povoação de São Lourenço, em Goiana. Cássio explicou que, de acordo com o rito do processo de registro, o documento voltava ao Conselho para que pudesse deliberar sobre o deferimento ou não do registro, e que antes disso, precisavam decidir qual conselheiro seria responsável por elaborar o relatório. Ele finalizou dizendo que, uma vez apresentado o processo ao pleno, o próximo passo seria distribuir a responsabilidade do parecer a um conselheiro ou conselheira. **Mônica Siqueira** mencionou que gostaria de ficar responsável pelo parecer, pois tratava-se do Patrimônio Imaterial. Ela explicou que o parecer já estava sendo produzido, devido à celeridade do processo, enquanto o Conselho ainda não havia se reunido. Mônica aceitou o convite de Célia Campos para elaborar o parecer, com a previsão de entregá-lo no dia 8 de agosto. Ela também destacou que incluiu essa relatoria como parte da Semana do Patrimônio, organizada pelo Conselho, o que, para ela, foi significativo, pois coroou o segmento de Patrimônio Imaterial, que sempre participou ativamente durante as Semanas do Patrimônio. Ela mencionou que, embora a procissão fosse ocorrer no dia 10, o parecer seria entregue no dia 8, com tudo já devidamente organizado. Mônica concluiu expressando sua honra em poder contribuir mais uma vez com a relatoria.

510ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Roberto Pereira expressou que, se aprovado, seria uma honra compartilhar com **Mônica Siqueira** mais uma relatoria, especialmente por se tratar de uma procissão que ele vivenciou por dois anos consecutivos. Ele mencionou que, por coincidência, essa procissão em Goiana tem um grande apelo, não apenas de fé em São Lourenço, mas também de importância sociocultural, com a população participando em romaria, demonstrando profunda devoção cristã. Roberto se declarou honrado em poder participar, mesmo que numa porcentagem menor, mas com a mesma emoção que sempre move Mônica em seus pareceres e manifestações. Ele relembrou que, antes de qualquer decisão do colegiado, já havia sido convidado pela presidente Renata, enquanto Claudia estava de férias. Renata o contactou, e ele declinou, sugerindo a possibilidade de compartilhar a relatoria com Mônica. Esse acordo foi discutido entre eles, e Roberto se mostrou aberto ao diálogo, deixando claro que, se a preferência recaísse sobre Mônica, ele mesmo votaria nela, reconhecendo sua extrema competência e dedicação. Ele também mencionou que, embora seu parecer já estivesse adiantado, Mônica sempre teria predominância, inclusive, pela ordem alfabética entre seus nomes. Roberto encerrou agradecendo a todos. **Cássio Raniere** informou que o processo incluiria um relatório elaborado pela conselheira Mônica em conjunto com o conselheiro Roberto, que o apresentariam no dia 8 de agosto. Isso permitiria ao Conselho tomar uma decisão mais informada sobre o deferimento do bem, que já havia percorrido todos os ritos necessários para o registro. Restava apenas esse momento de socialização e compartilhamento com o colegiado para que pudessem deliberar sobre o bem, que era a procissão do Carreço da Lenha, da comunidade quilombola de Povoação de São Lourenço, em Pernambuco. Cássio acreditava que, caso Mônica ainda não tivesse acesso ao processo, tanto ela quanto Roberto receberiam o material da secretaria para revisar os documentos anexados e o parecer técnico final da GPI. **Mônica Siqueira** confirmou que já estava com o processo e que o trabalho estava bem adiantado. Ele também perguntou a Amanda sobre o link dos dossiês completos das candidaturas do Patrimônio Vivo, incluindo fotos e vídeos das candidaturas. Cássio acreditava que esse material estava disponível nas conversas do grupo e sugeriu que Amanda indicasse onde o material poderia ser acessado, acreditando que estava disponível no Mapa Cultural. **Amanda Carneiro** informou que acabou de recolocar o link no grupo para torná-lo mais visível, já que muitas conversas haviam se acumulado. Ela disponibilizou o material novamente. **Luciana Gama** explicou que o material bruto foi disponibilizado para o Conselho e está no drive, contendo todas as informações das candidaturas, incluindo os vídeos de defesa e toda a documentação enviada. Ela mencionou que o material também está disponível no Mapa Cultural, mas destacou que o acesso é mais fácil pelo drive, onde o Conselho disponibilizou tudo. **Cássio Raniere** iniciou a reunião destacando que, antes de passar para a socialização, gostaria de compartilhar com todos os presentes os momentos iniciais do relatório da Comissão Especial de Análise. Ele apresentou o relatório do 19º Concurso de Registro do Patrimônio Vivo, que começou

510ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

com uma imagem do Caboclinho 7 Flechas, escolhida para representar a identidade do Patrimônio Vivo naquele ano. A imagem de uma criança foi selecionada para reforçar a importância da transmissão intergeracional de saberes, essencial para a preservação do patrimônio cultural. Cássio destacou alguns detalhes importantes do relatório, mencionando que foram registradas 103 candidaturas, sendo 53 de pessoas físicas e 50 de pessoas jurídicas ou grupos sem CNPJ. Entre as pessoas físicas, 14 mulheres e 39 homens se inscreveram, seguindo a tendência de predominância masculina nas candidaturas. Nos grupos, 41 possuíam CNPJ e 9 não, mostrando uma maioria de grupos com CNPJ. Ele explicou que, após a avaliação inicial, foram habilitadas 77 inscrições, sendo 51 físicas e 26 inabilitadas, e 50 grupos, dos quais 33 foram habilitados e 17 inabilitados. Após os recursos, 39 inscrições físicas e 49 de grupos foram habilitadas, reduzindo significativamente o número de inabilitados. Cássio também abordou os critérios utilizados pela Comissão Especial de Análise para a seleção dos candidatos, destacando a consistência e solidez da trajetória artística, a excelência nas respectivas linguagens, o reconhecimento popular, o enraizamento comunitário, a vulnerabilidade e risco de desaparecimento, a promoção da acessibilidade e inclusão, e a diversidade de linguagens e expressões. Ele fez referência ao artigo 8º da Lei 15.944, que trata dos critérios de relevância do trabalho desenvolvido pelo candidato para a cultura, a idade ou antiguidade do grupo, e a avaliação da situação de carência social do candidato. Esses critérios foram desdobrados e alinhados pela Comissão Especial para garantir a pertinência e justiça na escolha dos Patrimônios Vivos. Cássio concluiu que o restante do material das inscrições, que havia sido reenviado pela secretária Amanda, estava disponível no grupo. Ele reforçou a importância da socialização e debate na reunião, pois na próxima sessão, o Conselho depositaria os votos para construir o ranqueamento final dos selecionados. Ele encorajou os colegas a expressarem suas considerações, ressaltando que a regionalização, a inovação e a vulnerabilidade dos grupos seriam pontos chave no debate. Por fim, abriu a rodada de discussões, pedindo que os participantes levantassem a mão para seguir a ordem das falas. **Augusto Ferrer** iniciou sua participação reconhecendo que não realizou uma análise aprofundada do material bruto disponível e baseou sua avaliação principalmente no que foi apresentado pela Comissão. Ele expressou preocupação com a baixa quantidade de candidaturas de mulheres e observou que algumas dessas candidaturas parecem frágeis. Ele relembrou que, na última edição do prêmio, houve uma preocupação do colegiado em garantir a paridade dos eleitos e evitar priorizar excessivamente a região metropolitana, apesar da maioria das inscrições vir dessa área. Augusto destacou a candidatura de Mestre Aguinaldo, um mestre ligado ao Cavalo Marinho na Mata Norte, que cumpre os critérios de consistência, excelência, reconhecimento e enraizamento. Ele mencionou a vulnerabilidade financeira de Mestre Aguinaldo, que vive com uma renda de R\$ 900 mensais, divididos entre apresentações artísticas e trabalho como feirante. Augusto acredita que um indivíduo que dedica sua

510ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

vida à cultura popular, especialmente em tais condições, merece reconhecimento. Ele também destacou as candidaturas de Mestre João Paulo do Maracatu e Mestre Zé Negão, ambos com trajetórias sólidas, mas que representam linguagens já contempladas pelo Patrimônio Vivo. Mestre Zé Negão, em particular, chamou sua atenção por seu envolvimento com o Coco de Senzala, uma linguagem que ele pretende explorar mais a fundo. Augusto defendeu a eleição de uma banda musical, mencionando a Banda Pedra Preta, que, apesar de receber um subsídio da Guarda Municipal de Itambé, não tem o reconhecimento necessário. Ele argumentou que uma banda desempenha um papel crucial na construção coletiva de uma comunidade e merece maior valorização. Outro destaque de Augusto foi para o Vassourinhas de Olinda, uma candidatura que ele apoia desde a última eleição. Ele enfatizou a importância de reconhecer blocos e grupamentos culturais que, além de manterem tradições, também enfrentam dificuldades para se sustentar. Ele pediu aos colegas que considerassem essa candidatura com carinho. Além dessas, Augusto mencionou candidaturas como Chico Santeiro, João Limoeiro e Caipora de Pesqueira, que também merecem atenção, embora ele ainda precise analisar mais detalhadamente. Entre as candidaturas femininas, ele destacou Maria Santana Pereira, que representa a gastronomia, um segmento pouco contemplado e que poderia ser valorizado neste certame. Por fim, Augusto trouxe à discussão a necessidade de debater a inclusão das quadrilhas juninas como patrimônio. Ele reconheceu a importância do reconhecimento das quadrilhas, que já foram contempladas pelo Governo Federal, e sugeriu que o Conselho também desse uma resposta nesse sentido, embora ele ainda precise ser convencido totalmente da relevância dessas candidaturas. Ele concluiu esperando que suas considerações contribuam para um veredito justo e comprehensível para a população. Joana D'Arc iniciou sua fala elogiando as considerações de Augusto, destacando a importância de compartilhar sentimentos e preocupações sobre a regionalização e a questão de gênero nas candidaturas. Ela expressou um sentimento comum entre os participantes sobre a baixa presença de mulheres candidatas e a dificuldade de reconhecimento das mulheres na cultura, apesar de sua atuação constante e significativa. Joana observou que a falta de mulheres candidatas pode refletir uma dificuldade maior de autorreconhecimento e de acesso à escrita e à documentação que, muitas vezes, é realizada por terceiros. Ela apoiou o destaque feito por Augusto a quatro nomes e apresentou suas próprias sugestões. Primeiro, Joana mencionou Mestre João Paulo de Nazaré, que não representa o Maracatu Rural de forma geral, mas especificamente como mestre do Maracatu Rural. Ela enfatizou a importância de representar o mestre de apito, uma figura fundamental no Maracatu Rural, e destacou que ainda não há essa representação no Patrimônio Vivo. Joana também mencionou a candidatura de João de Cordeira do Agreste, um artista com mais de 80 anos que mantém um brinquedo tradicional, o caboclinho, de forma distinta e relevante. Ela ressaltou a importância da visibilidade proporcionada por um curta-metragem financiado pela Lei Aldir Blanc, que ajudou a divulgar a cultura de João de

510ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

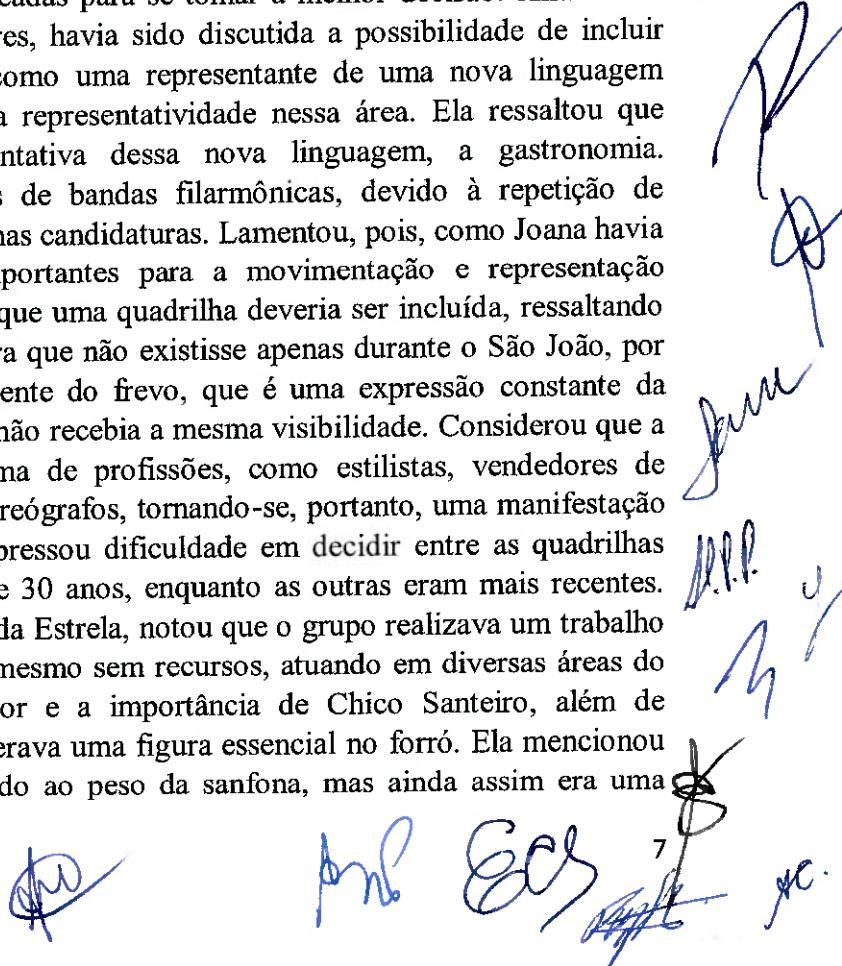
Cordeira por todo o Brasil. Joana observou que, embora João de Cordeira tenha um menor suporte financeiro, ele continua sendo uma figura importante na cultura local. Outra sugestão de Joana foi João Limoeiro, que, apesar de não representar diretamente uma mulher, é o cirandeiro mais antigo na ativa, com uma longa trajetória na ciranda. Joana destacou sua importância para a representação da ciranda masculina na região, mesmo com sua recente recuperação de um problema de saúde. Por fim, Joana apoiou a eleição da Banda Pedra Preta, argumentando que as bandas filarmônicas desempenham um papel essencial na preservação cultural, especialmente em cidades pequenas onde são frequentemente a principal expressão musical. Ela mencionou que a Banda Pedra Preta merece reconhecimento por sua estrutura de manutenção e por sua relevância cultural, apesar das dificuldades enfrentadas por outras bandas que não tem a documentação necessária para participar. Joana concluiu seu discurso expressando seu desejo de que o Conselho considere essas sugestões e reconheça a importância das bandas filarmônicas como patrimônio vivo. Ela também mencionou a realização de um evento no dia 4 de agosto em Poço Comprido, que será uma oportunidade para a discussão sobre a consciência negra e para uma apresentação pública do Comitê de Cultura em Pernambuco. Joana convidou todos a participar do evento e agradeceu pela atenção de todos. **Mônica Siqueira** começou elogiando a condução de Cássio e prosseguiu afirmando que achou ótimo e que estava esperando realmente por Augusto, uma pessoa de quem gostava muito, especialmente pelo seu posicionamento no patrimônio vivo. Segundo Mônica, Augusto se dedicava muito, assim como Joana, no que diz respeito à acessibilidade, algo que ela considerava muito gratificante. Ela concordou integralmente com as análises feitas por eles, principalmente no que se refere às questões relacionadas às mulheres. Mônica destacou que todos ali lutavam muito para ver esse equilíbrio de disputa, mas reconheceu que, nas candidaturas, usava-se a palavra "generosa", como mencionado pelo parecerista, e que isso não era demérito. Segundo ela, o grupo estava ali para cumprir uma legislação, não para escolher o que achavam melhor ou o que gostavam mais. Ela mencionou a importância de se seguir a Lei 12.196, que estabelece os critérios para a escolha, e ressaltou que a própria comissão, como Cássio havia dito, tinha desdobramentos para que se fizesse uma escolha justa e responsável, dentro dos critérios estabelecidos. Mônica explicou que sempre se baseava no critério da vulnerabilidade social, pois, como conselheira de base, conhecia os movimentos e sabia das dificuldades que enfrentavam. Ela destacou que não era uma conselheira catedrática, mas sim alguém da base, da periferia cultural, e que entendia a principal dificuldade de se manter. A vulnerabilidade, para ela, pesava muito, especialmente diante de certas pessoas que tinham acesso a recursos e oportunidades, e que não podiam ser comparadas com aquelas que mal sabiam o que eram editais e que não tinham quem escrevesse para elas. Mônica começou a citar dois casos que, em sua opinião, "bateram na trave" e que poderiam receber um "cartão de justiça". Ela mencionou o Grupo Carnavalesco Cultural Caipora de Pesqueira, que

510ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

existia desde 1963 e tinha grande importância para a cidade, conectando-se com os povos originários e passando seus saberes por gerações através de trabalhos sociais. Segundo Mônica, o grupo deveria ser priorizado, pois quase foi escolhido, perdendo apenas no voto de Minerva. Ela comparou a situação com um caso anterior envolvendo um terreiro, onde uma defesa dentro dos critérios permitiu sua escolha. O segundo caso que Mônica destacou foi o de Chico Santeiro, um artista do Sertão cuja arte em escultura de madeira estava em extinção. Ela mencionou a dificuldade que Chico enfrentava na realização de seu trabalho e sugeriu que ele também fosse considerado para receber o título. Em seguida, Mônica abordou o caso de Matinho Manoel de Batista Lima, um índio nascido em 1954 que dedicou sua vida à preservação e promoção da cultura indígena. Matinho iniciou sua jornada aos 10 anos de idade, integrando-se à banda de pífano e ao Toré infantil. Mônica destacou a inabalável dedicação de Matinho à música e às tradições indígenas, e mencionou que ele também criou um grupo indígena, impactando fortemente a preservação de sua cultura. Outro nome que chamou a atenção de Mônica foi o do Mestre Morcego, Vicente Deodato de Luna Filho. Embora reconhecesse a necessidade de desconcentrar as escolhas, Mônica ressaltou a importância de olhar também para candidatos da Região Metropolitana. Mestre Morcego, segundo ela, era um homem negro, nascido e criado em uma comunidade periférica, que transmitia saberes através da capoeira e do Balé de Arte Negra de Pernambuco. Ela destacou que a capoeira, já reconhecida nacionalmente, era uma arte que Mestre Morcego cultivava com grande impacto. Mônica então mencionou João Manoel de Santana, conhecido como Mestre Zé Negão, destacando sua importância na preservação do coco de senzala e sua condição de pessoa com deficiência. Ela enfatizou o impacto significativo de seu trabalho na vida de inúmeras crianças e adolescentes e sua resistência cultural. Além disso, Mônica também reforçou o nome de João de Cordeira, um mestre de cultura popular com 71 anos dedicados à manutenção de suas tradições, que confeccionava seus próprios adereços e transmitia seus conhecimentos para novas gerações. Mônica lamentou as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na disputa, afirmando que era angustiante, mas que a aplicação da lei era necessária. Ela mencionou Marta Maria Santana Pereira, pescadora com forte ligação com a pesca e o meio ambiente, e destacou a importância de sua candidatura. Por fim, Mônica falou sobre o Clube Carnavalesco Misto Vassourinhas de Olinda, uma candidatura que ela considerava emblemática e de grande relevância. Segundo ela, o clube representava a cultura negra periférica e tinha um enraizamento completo na comunidade, sendo importante para a preservação do frevo e a transformação social através de suas oficinas e ensaios. Mônica fez um apelo aos conselheiros para que considerassem com carinho a candidatura do Vassourinhas de Olinda e finalizou dizendo que estava aberta a discussões sobre outros temas, como as quadrilhas, embora ainda não estivesse convencida sobre essa questão. Mônica encerrou sua contribuição agradecendo a todos. Cássio Raniere achava que as considerações feitas refletiam

510ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

também o olhar sensível que o Conselho precisava ter em relação às diversas linguagens culturais, considerando a regionalização, mas também reconhecendo a potência de Recife como um lugar de destaque na produção cultural e na representatividade, especialmente em termos de quantidade de candidaturas. A conselheira Joana ressaltou a importância da Zona da Mata como um esteio inegável da cultura popular pernambucana, o que demandava reflexão e exercício. Augusto também trouxe à tona alguns pontos importantes, que Cássio considerou muito interessantes e provocadores, especialmente a questão das quadrilhas juninas. Ele observou que, ao dizer "eu entendo, percebo a importância e a necessidade, mas não estou convencido", estava refletindo as incertezas que todos traziam para a reunião, a fim de socializá-las. Além disso, havia dúvidas e carências, mas, acima de tudo, uma vontade coletiva de tornar o resultado o mais diverso e representativo possível. Cássio acreditava que o patrimônio vivo sempre colocava todos, primeiramente, numa condição muito importante de entender o esteio da cultura popular: onde ela se encontrava, quem a fazia, e como era feita. Ele ressaltou que sempre havia mestres e mestras que enfrentavam gargalos, como dificuldades financeiras para se manter, bem como problemas de saúde que afetavam sua capacidade de continuar o processo de transmissão do saber. Por outro lado, havia jovens de destaque que estavam se posicionando fortemente como protagonistas na transmissão do saber, produzindo e estando em plena atividade. Cássio concluiu que essas eram questões que precisavam ser balanceadas para se tomar a melhor decisão. Ana Paula observou que, nas reuniões anteriores, havia sido discutida a possibilidade de incluir Maria do Bolo, da Gastronomia, como uma representante de uma nova linguagem cultural, já que não havia nenhuma representatividade nessa área. Ela ressaltou que Maria seria uma mulher representativa dessa nova linguagem, a gastronomia. Infelizmente, não houve inscrições de bandas filarmônicas, devido à repetição de descrições e interesses semelhantes nas candidaturas. Lamentou, pois, como Joana havia mencionado, essas bandas são importantes para a movimentação e representação cultural das cidades. Ela acreditava que uma quadrilha deveria ser incluída, ressaltando a necessidade de maior projeção para que não existisse apenas durante o São João, por dois meses de apresentações. Diferente do frevo, que é uma expressão constante da cultura de Pernambuco, a quadrilha não recebia a mesma visibilidade. Considerou que a quadrilha envolvia uma ampla gama de profissões, como estilistas, vendedores de tecidos e bordados, costureiras, e coreógrafos, tornando-se, portanto, uma manifestação cultural de grande importância. Expressou dificuldade em decidir entre as quadrilhas Lumiar e Raio de Sol, com mais de 30 anos, enquanto as outras eram mais recentes. Quanto ao Maracatu Nação Cambinda Estrela, notou que o grupo realizava um trabalho cultural contínuo ao longo do ano, mesmo sem recursos, atuando em diversas áreas do território. Destacou também o valor e a importância de Chico Santeiro, além de Terezinha do Acordeon, que considerava uma figura essencial no forró. Ela mencionou que Terezinha estava afastada devido ao peso da sanfona, mas ainda assim era uma



510ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

figura central entre os forrozeiros. Além disso, citou o Mestre Edson Rodrigues, de 82 anos, reconhecido por seu trabalho significativo. Durante as discussões sobre as candidaturas, fez algumas observações sobre as inscrições recebidas, mencionando ainda a importância da Banda de Pífanos Dois Irmãos e de Adolfo Alexandre de Melo, bandas tradicionais de 1928 e 1938, que continuavam realizando um trabalho cultural duradouro, com mais de 100 anos de existência. **Cássio Raniere** comentou que, na opinião dele, as considerações feitas por Ana sobre as candidaturas chamaram a atenção para o que realmente precisavam discutir na reunião do dia. Ao longo da semana, era natural que eles se comunicassem em torno dessas candidaturas e compreendessem quais delas chegavam com mais força e quais não tinham um contato tão significativo. Ele sugeriu que, a partir dessa reunião, pudessem entender melhor o panorama, permitindo uma tomada de decisão mais acertada no momento da votação. **Edmilson Cordeiro** destacou a questão das bandas e a importância do forró, mencionada por Ana Paula. Ele destacou a Banda Henrique Dias, que realiza um trabalho muito interessante na formação de jovens de comunidades carentes da região. As apresentações e ensaios da banda, que ocorrem nos arredores da sede, são verdadeiras manifestações culturais. Ele mencionou que, em Olinda, é comum ver aglomerações em frente à sede da banda, com grupos de passistas que espontaneamente vão para lá e exibem os passos do frevo. Apesar de ser uma banda da área metropolitana, Edmilson acreditava que o trabalho da banda merecia a atenção dos conselheiros na questão da indicação. Ele também mencionou o forró e comentou que a Banda Henrique Dias está localizada no início da Rua do Amparo, um corredor de visitação turística e hospedagem em Olinda, onde existem locais como a Bodega de Véio. Edmilson mencionou Benedito, que realiza um forró chamado "Forró Pé de Serra" na calçada de sua casa, onde as pessoas espontaneamente se reúnem e dançam, respeitando a passagem. Ele achava muito interessante como essa atividade contribuía para a cultura de Olinda. Edmilson lembrou que Olinda é considerada a primeira capital cultural do Brasil e um Patrimônio Cultural da Humanidade. Ele destacou como a cidade sempre absorveu pessoas que não nasceram no sítio histórico, mas que vieram morar e desenvolver atividades culturais, como o mestre Salustiano, que veio da Zona da Mata, entre outros. Ele ressaltou que os ritmos locais, como o coco, o frevo e o afoxé, são muito prestigiados em Olinda. Por fim, Edmilson deu um destaque especial ao amigo forrozeiro, Benedito, valorizando sua contribuição cultural. **Roberto Pereira** começou sua fala cumprimentando os conselheiros e conselheiras, afirmando que era sempre uma satisfação participar de uma reunião que, de alguma forma, preparava e subsidiava a reunião decisória para a escolha dos Patrimônios Vivos de Pernambuco. Ele destacou que, dado o tamanho e a vasta diversificação cultural de Pernambuco, era natural que todos ficassem pensativos na tentativa de acolhimento, e que os ditames legais enfatizados pela conselheira Mônica deveriam prevalecer. Roberto mencionou que havia assistido a opiniões muito bem fundamentadas até o momento, destacando especialmente a fala do conselheiro Augusto

Antônio Edmilson
Roberto Pereira
Mônica
Augusto

510ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Ferrer, por quem tinha grande admiração e respeito. Ele ressaltou três pontos importantes: o Vassourinhas de Olinda, os Caiporas de Pesqueira, e as quadrilhas juninas. Sobre o Vassourinhas de Olinda e os Caiporas de Pesqueira, Roberto afirmou que defendia essas entidades, não apenas pelo que representavam em suas respectivas regiões, mas também pelo valor simbólico que traziam para o carnaval local e regional. Com relação às quadrilhas juninas, Roberto ainda não tinha uma opinião formada. Ele reconhecia a importância e o respeito que as quadrilhas tinham nacionalmente, mas tinha dúvidas sobre o reconhecimento delas, considerando-as volúveis, já que hoje poderia ser uma quadrilha e amanhã outra, respeitando apenas o CNPJ. Apesar disso, ele não descartava a possibilidade de apoio, mencionando que sempre admirou as quadrilhas e participou ativamente de algumas, embora nunca tenha dançado. Ele também declarou sua simpatia pelas bandas musicais de Pernambuco, enfatizando a importância de apoiar e incentivar essas bandas, que estão profundamente incorporadas à cultura interiorana. Roberto mencionou o conselheiro Edmilson, que havia falado sobre a Banda Henrique Dias, da qual ele também tinha conhecimento e que realizava um importante trabalho pedagógico em Olinda, transmitindo saberes e fazeres culturais. Por fim, Roberto indicou e solicitou apoio aos Caboclinhos Caetés, destacando que era o mais antigo de Goiana e que, além de sua importância cultural, praticava a economia criativa ao preparar discípulos para a construção de vestimentas e adereços. Ele agradeceu o apoio dos conselheiros ressaltando que o Caboclinho Caetés se incorporava ao fazer turístico, movimentando a economia local. Roberto também mencionou o cirandeiro João, destacando a importância da ciranda e da preservação do patrimônio cultural. Ele elogiou a conselheira Joana, que sempre acompanhava, e destacou a necessidade de deixar um legado pedagógico para a preservação do patrimônio cultural. Ele finalizou sua fala agradecendo a todos e se colocou à disposição para continuar escutando as opiniões dos demais, parabenizando Cássio pela liderança na reunião. Cássio Raniere agradeceu imensamente a Roberto pelas palavras e pela brilhante explanação. Ele comentou que, como costumava dizer, o nível dos debates ali sempre se mantinha elevado, e Roberto sempre os conduzia ao topo máximo, tanto no processo de concatenar as ideias quanto na sensível expressão das candidaturas. Em seguida, Cássio destacou que, pela ordem de inscrição, ele passaria a palavra para a presidente Cláudia Rodrigues. Cláudia Rodrigues disse bom dia a todos e, assim como a todos os conselheiros, expressou sua felicidade em ter voltado a trabalhar. Cláudia ficou muito feliz em saber que teria a oportunidade de ouvir considerações importantes dos conselheiros, acompanhadas de indicações e reflexões. Ela destacou que não teve a oportunidade de examinar as 103 candidaturas, uma quantidade realmente grande, mas que assistiu às apresentações dos avaliadores da Comissão Especial de Análise nas quatro reuniões em que os senhores tiveram a oportunidade de participar. Cláudia mencionou que as questões discutidas seriam relativamente importantes, pois a próxima reunião seria uma reunião decisória. Ela deixou claro que, após concluir o relatório,

510ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

teria uma reunião com Célia e com a equipe da Fundarpe para ter uma posição mais clara. Embora não pudesse fazer uma lista ou considerações naquele momento, ela queria registrar que estava ouvindo atentamente a todos e agradeceu a cada um deles, mencionando nomes como Augusto, Joana, Mônica, Edmilson, Ana e Professor Roberto, brilhantemente, além dos demais que assistiria ao longo da reunião. Claudia começou seu agradecimento pela oportunidade de participar e, além disso, agradeceu muito à dupla Augusto e Cássio, que conduziram as reuniões anteriores. Ela também expressou o desejo de falar um pouco mais cedo, mas não poderia deixar de agradecer à conselheira Mônica Siqueira pela sua disponibilidade em ser a relatora de um processo, neste caso, a profissão do Carreiro da Lenha. Claudia ressaltou a contribuição de Mônica e a participação especial do Professor Roberto Pereira, que acreditava que teria uma sensibilidade importantíssima nessa dupla com Mônica na relatoria. Por fim, Claudia queria incluir na ata o agradecimento a Mônica Siqueira por toda a sua rica contribuição ao Conselho ao longo dos últimos anos. **Antiógenes Viana** disse bom dia e agradeceu a Cássio pela oportunidade, além de cumprimentar todas as conselheiras, conselheiros e demais servidores colegas. Ele mencionou que estava ouvindo seus precedentes, as pessoas que falaram antes, e percebeu como se aprende nas reuniões do Conselho, especialmente naquelas que tratam do Patrimônio Vivo. Antiógenes ressaltou a importância de ouvir a Comissão Especial e as impressões dos conselheiros, que trazem sua carga de experiência, vivência e um olhar clínico e sensível em relação a tantas manifestações culturais que Pernambuco possui. Ele compartilhou a angústia de escolher apenas três entre tantos talentos, mestres e expressões culturais, enfatizando que, apesar da angústia, a força de suas escolhas estava presente. Antiógenes destacou que toda escolha deixa uma certa angústia, pois ao começar com uma lista de um ou dois nomes, essa lista pode rapidamente aumentar para 20, levando à ponderação de valores e experiências. Ele mencionou que ouvira as contribuições de Joana, Augusto, Edmilson, professor Roberto e presidente Claudia, que abriram luzes sobre candidaturas que já haviam sido ouvidas, e continuou ouvindo as discussões. Sem mais delongas, Antiógenes pediu a reflexão do Conselho em relação ao nome que Ana Paula já trouxera, mas que ele considerava importante. Ele não poderia se furtar de falar sobre Terezinha do Acordeon, que representa a precursora da sanfona no Nordeste, especialmente em Pernambuco, sendo natural de Salgueiro. Antiógenes destacou a luta de Terezinha pelo forró, mencionando sua presença em vários movimentos, onde ainda toca e ensina, mesmo que um pouco menos por conta da saúde. Na última caminhada do forró, ela foi reverenciada por sanfoneiros que aprenderam com ela, como Cezinha e Beto Ortiz, e outros que reconhecem seu valor. Ele fez uma reflexão sobre o papel de Terezinha, ressaltando que ela mostra que a mulher tem um lugar de destaque na sanfona, fazendo escola e inspirando várias outras a seguir esse caminho. Antiógenes achou interessante que ela começou a tocar sanfona aos 14 anos, casou e parou de ensinar, mas retomou em 1983 e nunca mais parou, mostrando que a mulher está onde

510^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

quer e tem talento para mostrar. Ele registrou que o primeiro nome que indicaria seria Terezinha do Acordeon. Antiógenes trouxe também outra expressão para a reflexão dos conselheiros: Chico Santeiro, que foi lembrado por Augusto, Mônica e Roberto. Ele observou que não havia representação da escultura sacra em madeira entre os patrimônios vivos já existentes e ressaltou a arte de Chico Santeiro, que vem da tradição de Dona Josefa, de Ibiririm, mais especificamente daquela região. Antiógenes reconheceu o talento daquela comunidade e a especificidade daquela arte, mencionando que Chico é casado com uma das filhas de Dona Josefa, ressaltando o momento de reconhecimento da arte sacra em madeira em Pernambuco. Ele apoiou outros mestres, como Nazaré da Mata e João Paulo, de Carpina, conhecido como o "Papa do Maracatu". Antiógenes destacou que, embora existam novos mestres, João Paulo é um ícone do maracatu, e é importante que seu trabalho seja reconhecido como patrimônio vivo. Ele também mencionou João Limoeiro, que representa a parte do interior e Agreste, e lembrou da importância dos caboclinhos Caetés, ressaltando a importância do caboclinho mais antigo e não corrigindo injustiças, mas reconhecendo o mérito de todos. Ele deu um depoimento e um voto, referindo-se ao voto das Olindas, e fez uma menção ao significado das vassourinhas de Olinda para a cultura pernambucana. Antiógenes finalizou sua fala agradecendo a todos e expressando seu desejo de ouvir os demais conselheiros, reiterando que estava ali também para aprender. Cássio Raniere informou que as inscrições permaneciam abertas e pediu às conselheiras e conselheiros, devido ao adiantado da hora, que começassem a se posicionar para que pudessem contemplar o maior número possível de falas e, assim, realizar um bom debate. Ele mencionou estar muito contemplado com as falas que o antecederam, percebendo um alinhamento a partir dos critérios da legislação e dos conteúdos apresentados pelas manifestações culturais, ressaltando a necessidade do reconhecimento de alguns segmentos e linguagens. Cássio destacou que era necessário compreender os caminhos a serem tomados. Ele gostaria de compartilhar com os presentes duas candidaturas que lhe pareceram emblemáticas. A primeira era a do mestre Zé Negão, de Camaragibe, que já havia se apresentado como candidato anteriormente, mas não conseguiu emplacar sua candidatura. Cássio recordou que, inclusive, chegou a votar nele, mas ele não obteve votos suficientes. Ele queria rapidamente compartilhar o histórico de Zé Negão, que estava sendo inventariado na segunda fase do inventário participativo de Camaragibe. O mestre Zé Negão foi reconhecido como uma pessoa de fundamental importância no espelho da cultura local. Nascido em 1950, José Manuel dos Santos, conhecido como mestre Zé Negão, era filho natural de Goiana, uma região habitada por índios Caetés, Tabajara e Potiguara, originária de um dos núcleos mais antigos de colonização do Nordeste, que foi elevada à categoria de Vila em 1711. Cássio ressaltou que Zé Negão trazia consigo a história do processo de imigração que constitui a região metropolitana de Pernambuco. Segundo dados do IPHAN, o porto fluvial de Goiana era um importante ponto de ligação entre Recife, Olinda e o Sertão, nas trocas de

510ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

mercadorias. Cássio comentou que Goiana foi a primeira cidade a abolir a escravidão através do Decreto da Câmara, de 25 de março de 1888, que antecipou-se à Lei Áurea. O mestre Zé Negão passou também por um processo de trabalho análogo à escravidão, pois, ainda na adolescência, aos 16 anos, trabalhou em engenhos de cana, onde começou a desenvolver suas primeiras frases oralizadas, refletindo sobre a musicalidade entre seus pares. Ele ressaltou que essa característica é muito comum na cultura popular, onde sempre há um chamado e uma resposta. Cássio destacou que Zé Negão era o único representante de um segmento na linguagem do coco, especificamente do coco de senzala. Ele admirava a cultura popular e tinha uma matriz ancestral que o conectava a Pernambuco. O seu trabalho, em parceria com sua esposa, tornou-se fundamental para a manifestação do corpo expressivo da cultura local. Ele era um luthier e produtor de instrumentos percussivos, além de conseguir reunir diversas pessoas no universo do coco, tornando-se uma referência. Além disso, ele constituiu um espaço museológico chamado "Canto das Memórias do Mestre Zé Negão", um lugar onde se narra a história do mestre e da comunidade, dentro de uma perspectiva de museologia social e do conceito de museu comunitário. Cássio mencionou que o mestre Zé Negão já era reconhecido e havia viajado pelo Brasil e pelo mundo contando suas histórias, colocando-se este ano como um candidato forte. Ele, então, compartilhou algumas angústias, dizendo que, no ciclo junino, as expressões de homens e mulheres que se destacam nas manifestações ligadas a essa época frequentemente se enfrentam com o consumo restrito ao período junino. Ele comentou que, em Minas, as pessoas consomem o São João durante todo o ano, inclusive os artistas e manifestações que fazem parte da playlist das pessoas, resultando em uma valorização intensa para além do período junino. Cássio destacou que a quadrilha junina representa uma importante manifestação da cultura popular e traz consigo uma grande cadeia produtiva, desde os sapatos até os coreógrafos. Ele observou que existem processos de avaliação que as quadrilhas devem considerar, ressaltando a obrigatoriedade de figuras emblemáticas, como o casamento da noiva e o padre. Ele mencionou a quadrilha junina Raio de Sol, que, naquele ano, homenageou o teatro de bonecos, refletindo essa temática na produção de roupas, coreografias e danças. Cássio também comentou sobre a profissionalização dos participantes das quadrilhas, observando que os valores recebidos em campeonatos muitas vezes não são suficientes para cobrir os custos de produção. Muitos homens e mulheres, jovens e adultos, custeiam suas roupas e deslocamentos com recursos próprios, enfrentando dificuldades financeiras. Ele destacou que a quadrilha junina Raio de Sol, que existe desde 1996, conquistou importantes prêmios, incluindo ser campeã da Globo Nordeste, octacampeã e tricampeã do festival. Cássio finalizou sua fala ressaltando que a cultura popular precisa se adaptar aos novos tempos e às novas tecnologias para ser consumida atualmente. Ele lembrou que, com a pandemia, houve a necessidade de adaptação, e essa transformação permitiu encontros e processos decisórios que mudaram a dinâmica de muitos eventos culturais. Cássio reiterou que as

510ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

quadrilhas, especialmente a Raio de Sol, trazem brilho e um enraizamento importante, refletindo sobre temas como a cultura do Alto do Moura e o ciclo natalino. Ele enfatizou que essas manifestações merecem um olhar sensível e que é fundamental garantir uma cadeia produtiva para que as quadrilhas possam se apresentar. Cássio comparou isso a uma "Broadway", onde homens e mulheres comuns da periferia têm a oportunidade de dançar, cantar e interpretar, emocionando-se sempre que vê esses momentos de esperança e certeza de que estão sendo vistos. Ele finalizou desejando que sua contribuição tivesse sido eficaz em relação às quadrilhas juninas e à candidatura do mestre Zé Negão. **Augusto Ferrer** compartilhou com seus colegas do pleno um questionamento que lhe ocorreu, especialmente ao analisar as quadrilhas. Aproveitando a menção de Cássio, ele agradeceu e mencionou a candidatura de Maria Santana Pereira, que representava a Mestre dos Cozinheiros de Vila Velha. Ferrer reconheceu sua falta de conhecimento tanto sobre as quadrilhas, suas atividades, e manifestações, quanto sobre as mestras cozinheiras, afirmando que as explicações de Cássio o ajudaram a entender melhor. Ele ponderou sobre a dificuldade de escolher entre essas candidaturas, considerando que, embora as quadrilhas tivessem uma diferença de idade, ele acreditava que todas tinham mais de 20 anos, mas não ultrapassavam 50 anos de existência. Ferrer questionou como seria possível escolher um Patrimônio Vivo em detrimento de outro, sem o devido reconhecimento e análise. Referindo-se ao caso de Marta Maria, ele observou que ela era uma dentre várias mestras cozinheiras de Vila Velha. Comparou a situação a uma experiência pessoal, mencionando que, quando sua mãe presenteava um de seus quatro irmãos fora do aniversário, ela geralmente dava presentes a todos ou a ninguém, para evitar problemas. Ele especulou se não seria problemático indicar uma dessas mestras cozinheiras em detrimento das outras, sem conhecê-las a fundo, especialmente no contexto das candidaturas femininas, onde ele já havia notado um déficit em quantidade. Augusto expressou sua preocupação em tomar uma decisão precipitada e criar um problema dentro do próprio segmento, temendo que as outras candidaturas jamais tivessem a oportunidade de serem reconhecidas como Patrimônios Vivos. Ele mencionou a mesma dúvida em relação às quadrilhas, temendo escolher uma e, assim, prejudicar as outras, que poderiam ter essa chance no futuro, talvez em 10 anos. A pressão de fazer uma escolha justa o incomodava, e ele reconheceu que o entendimento mais aprofundado, como o que Cássio trouxe sobre a Raio de Sol, era essencial para avaliar o valor material e imaterial que essas candidaturas representavam dentro de seus segmentos. Por fim, ele agradeceu a escuta atenta dos colegas. **Roberto Pereira**, em rápidas palavras, louvou a exposição que o conselheiro Cássio fez sobre as quadrilhas. Ele disse que acompanhava com muito carinho e interesse o que Cássio fez pela Raio de Sol, pois era uma manifestação de apreço, louvando principalmente a defesa que ele fez das quadrilhas juninas, conforme os argumentos apresentados por ele. Cássio Raniere acreditava que não havia mais inscrições para a socialização. Com isso, ele agradeceu a todas e todos que se

510ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

colocaram, expressando sua felicidade pela qualidade com que os grupos e pessoas participaram. Ele mencionou que o conteúdo enviado pelos candidatos estava disponível e que todos podiam reler o relatório da Comissão Especial de Análise para tomar, no dia 1, a melhor decisão. Ele destacou os critérios da lei e os aspectos de sensibilidade e observância que foram discutidos, ressaltando que o Conselho de Preservação proporcionava um lugar de observação muito potente da cultura popular. Segundo ele, não era à toa que esse espaço era a instância máxima de deliberação sobre o patrimônio no Estado de Pernambuco, junto à Secretaria de Cultura e à Fundarpe. Ele mencionou que, em agosto, mês do patrimônio, a decisão seria tornada pública, e tinha certeza de que seria muito assertiva, pautada nos critérios pactuados. Em seguida, ele abriu para informes, perguntando se algum conselheiro ou a presidente tinha algo a informar, e disse que aquele era o momento oportuno para então encerrar. **Claudia Rodrigues** aproveitou a oportunidade para fazer a convocação para a próxima reunião. Ela mencionou que essa dinâmica já estava sendo utilizada nas reuniões anteriores e, embora fosse feita uma lembrança alguns dias antes da reunião, considerando a importância da reunião do dia 1, que ocorreria na próxima quinta-feira, 1º de agosto, ela já fez o registro da convocação para a reunião presencial na Academia Pernambucana de Letras, a partir das 9h30. Claudia destacou a importância de todos se organizarem, pois a dinâmica seria conforme a legislação, especificamente a Lei 12.196. Ela relembrou a todos sobre como a reunião do ano anterior foi conduzida, mencionando que seguirão a mesma dinâmica, que consideraram muito rápida e organizada. Claudia finalizou pedindo a presença de todos presencialmente às 9h30 e declarou que todos já estavam convocados através dessa fala. Ela encerrou dizendo que era só isso. **Amanda Carneiro** levantou uma questão durante a reunião, mencionando que o pessoal do Observatório da Secult havia solicitado uma agenda. Ela explicou que precisava alinhar isso com todos, pois o pessoal da Secult também precisava se programar. Amanda informou que eles estavam fazendo uma apresentação do censo para todos os conselhos e que já haviam marcado a data para o Conselho de Política Cultural. Diante disso, estavam querendo marcar com o grupo uma data para o dia 8 de agosto, considerando que no dia 1º seria necessário realizar a reunião para atender às demandas do RPV e concluir tudo. Amanda perguntou se poderia agendar a reunião para o dia 8 de agosto. **Cássio Raniere** sugeriu que, se possível, o material que seria apresentado pelo Observatório da Secult fosse enviado antecipadamente ao Conselho. Dessa forma, os membros poderiam já ter um entendimento prévio da apresentação, evitando que o encontro fosse usado apenas para explanações sobre dados já conhecidos. Ele observou que, após a apresentação, haveria a necessidade de um debate e discussão, e que uma apresentação de meia hora poderia facilmente tomar uma hora ou mais, dependendo da dinâmica da discussão, para dar ao Conselho a oportunidade de se aprofundar no tema.

M.P.P.

14

510ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Cássio destacou que não considerava adequado incluir essa apresentação na reunião do dia 1º, mas que, conforme Claudia havia mencionado, poderia ser agendada para o dia 30 de agosto, em um encontro virtual, ou adiada para uma data posterior, possivelmente em uma reunião extraordinária em agosto. Ele ressaltou que, considerando que em cada mês já havia cinco apresentações, poderia ser interessante estimular os conselheiros e participantes a apresentarem à mesa diretora, demandas que, por ventura, ainda não haviam sido concluídas. Cássio concluiu afirmando que seria interessante que os conselheiros sugerissem pautas para que a mesa diretora pudesse deliberar sobre quais delas seriam discutidas nos próximos encontros, especialmente com o encerramento do mandato se aproximando. **Claudia Rodrigues** mencionou que restavam dois meses para as atividades e ainda seria necessária a apresentação do relatório de gestão, prevista para a última reunião na Casa dos Conselhos. Ela sugeriu que, com a ajuda dos conselheiros, poderiam organizar o calendário das próximas reuniões, das quais duas já estavam programadas, e deixar um trabalho consistente para os futuros conselheiros seguirem. Claudia também ressaltou a importância da escolha do Patrimônio Vivo, reconhecendo que sempre era uma decisão difícil, pois muitas representações importantes ficavam de fora. Ela expressou sua gratidão pela sensibilidade e orientações dos conselheiros, afirmando que levaria em consideração todas as sugestões na reunião que teria com a equipe da Fundarpe. Por fim, Claudia agradeceu a Cássio pela ajuda até o momento e confirmou que estaria à frente na próxima reunião, marcada para o dia 1º. Nada mais a tratar, deu por encerrada a reunião, **Cássio Raniere Ribeiro da Silva (Presidente Interino)** e eu **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de achada conforme, será assinada por mim e pelos (as) demais presentes na reunião.

Amanda Carneiro
Amanda de Oliveira Araújo Carneiro (Secretária)

AN
Ana Paula Nebl Jardim

AF
Augusto Ferrer de Castro Melo

Cássio Raniere Ribeiro da Silva

CC
Cecília Canuto de Santana

510ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

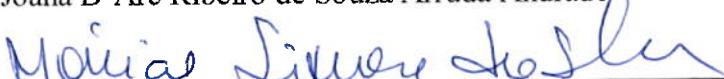
Claudia Regina de Farias Rodrigues (Presidente)



George Félix Cabral de Souza



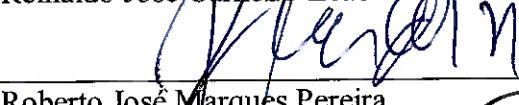
Joana D'Arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade



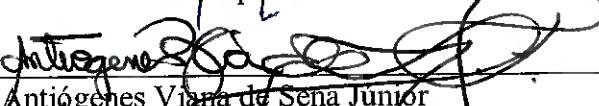
Mônica Siqueira da Silva



Reinaldo José Carneiro Leão



Roberto José Marques Pereira



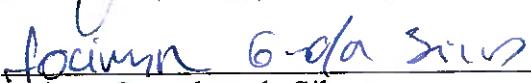
Antiógenes Viana de Sena Júnior



Claudia Pereira Pinto



Edmilson Cordeiro dos Santos



Jocimar Gonçalves da Silva

